**RELAÇÕES INTERÉTNICAS: (DES)ENCONTROS ENTRE KAINGANG E IMIGRANTES HOLANDESES NO SÉCULO XIX EM TERRITÓRIOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS TAQUARI-ANTAS E CAÍ/RIO GRANDE DO SUL[[1]](#footnote-1)**

Luís Fernando da Silva Laroque [[2]](#footnote-2)

Tiago Weizenmann [[3]](#footnote-3)

Jéferson Luís Schäeffer [[4]](#footnote-4)

**Resumo**: O território das Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e Caí inserem-se no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, e foram formadas pelas movimentações de grupos indígenas, africanos escravizados, europeus e seus descendentes, compondo um mosaico étnico e cultural diversificado. O estudo tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre grupos distintos que se movimentaram pelo mesmo espaço no século XIX, em particular, envolvendo relações entre indígenas Kaingang e imigrantes holandeses. No século XIX, os espaços entre o planalto sul-rio-grandense e as bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí compreendiam parte do tradicional território Kaingang, os quais passaram a manter relações de conflitos ou de aliança com o elemento europeu a partir da introdução de colonos que compunham as frentes de expansão criadas pelo Estado Nacional Brasileiro. Os imigrantes holandeses, introduzidos na segunda metade do século XIX, compuseram parte das referidas frentes de expansão, sendo instalados em colônias em formação na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Neste contexto colonizatório, ocorreram contatos interétnicos entre os referidos agentes históricos, cujas relações, na maior parte das vezes conflituosas, tiveram significados culturais distintos para cada um dos grupos.

**Palavras-chave:** Bacia Hidrográfica; conflitos interéntico, Kaingang; Holandeses.

INTERETHNIC RELATIONS: CROSSROADS BETWEEN KAINGANG AND DUTCH IMMIGRANTS IN THE NINETEENTH CENTURY IN TERRITORIES OF TAQUARI-ANTAS AND CAÍ HYDROGRAPHIC BASIN/RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: Taquari-Antas and Caí Hydragraphic Basin are located in the northeast of the State of Rio Grande do Sul, and were formed by the movements of indigenous groups, enslaved Africans, Europeans and their descendants, composing a diverse ethnic and cultural mosaic. The study aims to analyze the relationships established between distinct groups that moved around the same space in the nineteenth century, in particular, involving relations between Kaingang natives and Dutch immigrants. In the nineteenth century, the spaces between the plateau in the south of Rio Grande do Sul and the Hydrographic Basins of Taquari-Antas and Caí were part of the traditional Kaingang territory, which began to maintain relations of conflict or alliance with the European element from the introduction of settlers that formed the fronts of expansion created by the Brazilian National State. The Dutch immigrants, introduced in the second half of the nineteenth century, formed part of these fronts of expansion, being installed in colonies in formation in the Province of São Pedro of Rio Grande do Sul. In this colonial context, interethnic contacts took place between the mentioned historical agents, whose relations, most of the times conflicted, had different cultural meanings for each of the groups.

Keywords: Hydrographic Basin; Interethnic conflicts, Kaingang; Dutch.

**1 INTRODUÇÃO**

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se constituiu a partir da imigração de grupos étnicos distintos e das migrações internas promovidas por estes, tais como grupos indígenas, africanos e europeus, que compuseram um mosaico étnico e cultural bastante diversificado. O presente estudo tem como limite temporal o século XIX e demarcação espacial territórios das Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí[[5]](#footnote-5), ambas localizadas no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo as Províncias geomorfológicas Planalto Meridional e Depressão Central (SEMA, 2017).

A problemática proposta neste estudo é apresentar o processo de ocupação e povoação do território correspondente às Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí no século XIX. O objetivo do trabalho é analisar as relações estabelecidas a partir de grupos distintos que se movimentaram em um espaço comum, em particular, envolvendo as relações entre indígenas Kaingang e imigrantes holandeses.

Neste sentido, o tradicional território Kaingang no século XIX, compreendia os espaços entre o planalto sul-rio-grandense e as Bacias Hidrográficas do Taquari-Antas e Caí, os quais pertencem ao Grupo dos Jê-Meridional (BECKER, 1995). Nesta mesma conjuntura, houve uma introdução significativa por parte do Estado Nacional Brasileiro, de grupos europeus provenientes de diferentes nacionalidades, a exemplo dos holandeses, adentrados à Província na segunda metade do século XIX.

O método caracteriza-se por apresentar uma análise qualitativa dos dados pesquisados, embasados em aportes teóricos de cultura, etnicidade e identidade, como Barth ([1969] 2000), Oliveira (1976), Laraia ([1986] 2003) e Woodward (2004) Igualmente, consiste no levantamento de dados coletados em revisões bibliográficas, provenientes de obras de autores que tratam sobre o processo de ocupação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e as relações interétnicas estabelecidas entre indígenas e colonizadores. Da mesma forma, fez-se uso de fontes documentais, oriundas de Arquivos Históricos do Estado do Rio Grande do Sul.

**2 AGENTES DA HISTÓRIA REGIONAL: GRUPOS ÉTNICOS INVISIBILIZADOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS TAQUARI-ANTAS E CAÍ**

A historiografia tradicional do Rio Grande do Sul invisibilizou grupos étnicos que possuíram papel relevante na constituição de espaços territoriais das Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí, colocando em evidência alguns, mas sem ao menos mencionar tantos “outros”, o que resultou em uma lacuna histórica desastrosa no processo de ocupação do referido território.

Neste sentido, grupos indígenas culturalmente diversos – provenientes de distintas etnias e troncos linguísticos, são minimizados no discurso popular que tange ao processo colonizatório e na maioria das vezes, sua lembrança é associada à uma situação conflituosa, em que o “outro” é visto como danoso, invasor e perturbador. Estes conflitos foram desencadeados em função do contato interéntico entre indígenas e os integrantes das frentes de expansão[[6]](#footnote-6), ou seja, através da introdução de estrangeiros – imigrantes, e a expropriação territorial do elemento nacional – indígenas, sejam eles Charrua Minuano, Guarani, Xokleng e Kaingang.

Igualmente, a presença de africanos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu pouco espaço na historiografia tradicional. Trabalhos recentes como o de Christillino (2004), Gregory (2015) e Pires (2016), reportam-se a uma presença expressiva de escravizados em Fazendas e posteriores colônias do século XIX na referida Província, bem como, a existência de quilombos. Da mesma forma, Correa (2006) menciona em seu trabalho sobre o multiculturalismo no Rio Grande do Sul do século XIX, a imigração forçada de escravizados africanos e inclusive a existência de quilombos, os quais compuseram parte desta paisagem cultural diversificada.

A imigração europeia, no tocante ao processo de ocupação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e suas posteriores colônias, é a mais presente no discurso popular, embasada em um sentimento expressivo de pertencimento e continuação das práticas dos antepassados, oriundas do além mar. Portugueses, açorianos, espanhóis, alemães, italianos, e muitos outros na conjuntura socioeconômica e política do século XIX.

Neste sentido, faz-se necessária uma reflexão acerca do que se entende a partir da expressão generalizante “imigração alemã”. Os resultados desta pesquisa expressam que não se tratavam tão somente de alemães, mas sim, de uma gama de imigrantes oriundos de diferentes regiões da Europa, com aspectos culturais distintos, tais como língua, crenças e costumes.

Através dos registros de entrada de imigrantes no segundo período da imigração alemã (1848-1874), presentes nos códices 234 e 299 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, notou-se a incorporação de uma série de imigrantes provenientes de diferentes nacionalidades para além da alemã, como austríacos, belgas, dinamarqueses, franceses, luxemburgueses, holandeses e suíços.

A exemplo desta heterogeneidade, temos a entrada da família *Alberg* – com variantes para *Abeck/Abegg* no Rio Grande do Sul, oriunda da França:

ALBERG, Francisco, 17-21, cas.; Catharina, 0-21, cas.; Catharina, 0-7; Leopoldo, menor de 2 anos; Luiz, menor de 2 anos; **franceses**.; chegada de Rio Grande neste Porto: 28-11-1858, emb.: Marquês de Caxias (vapor); destino: Nova Petrópolis. [...] (CÓDICE 234, Nº 6-10, p. 64, grifo nosso).

No que tange a estes grupos de imigrantes europeus, há uma intensa necessidade de distinguir a proveniência destas famílias, qual o país de origem, qual a instrução religiosa, qual a variação lingüística, entre outras caracterizações, para que se note a heterogeneidade dos grupos que compuseram a expressão “imigração alemã”, na qual há muitos mais do que parece haver. Visto desta forma, o discurso acerca da imigração alemã não está defasado, mas muito ainda precisa ser investigado, necessitando-se de estudos e problematizações.

Neste sentido, cabe destacar as considerações de Barth (2000) quando conceitua os grupos étnicos como populações que se auto perpetuam biologicamente, compartilhando valores culturais semelhantes, e que interagem e comunicam-se mutuamente, identificando-se e sendo identificados como parte do grupo.

Referente a composição étnica no processo de ocupação dos entornos das Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí, o protagonismo de indígenas, negros escravizados e imigrantes, propiciaram a formação de um ambiente multicultural intensamente heterogêneo, marcado por encontros e desencontros culturais, tendo em vista que cada um destes grupos étnicos, procurava manter seus elementos culturais. Conforme Correa (2006), o processo que deu sequência às relações interculturais neste espaço comum, agiu de forma a instituir uma cultura padrão que servisse de exemplo às demais, homogeneizando – à longo prazo, as minorias étnicas.

Segundo Laraia (2003), os sistemas culturais estão em constante processo de mudança, e os contatos interétnicos são fatores que instigam transformações mais bruscas dentro de um grupo social. Neste sentido, estas mudanças assumem um caráter acumulativo, conservando-se antigas práticas apesar da aquisição de novas.

Da mesma forma, a continuidade das práticas culturais dos referidos grupos requereu uma adaptação cultural em relação ao meio que os circundava, assim, podemos dizer que os colonos, além de colonizadores, eram colonizados pelas novas terras e pelas práticas ali existentes e já difundidas. Laraia (2003) chama a atenção que este processo é possível mediante a troca do equipamento cultural pelo desenvolvido no novo habitat, e neste sentido, suas ações estarão limitadas ao material cultural ali fornecido.

A intenção do estudo é analisar as relações interénticas entre indígenas Kaingang, tradicionais ocupantes do território em questão, e os imigrantes holandeses, generalizadamente considerados como alemães, provenientes do segundo período da imigração alemã (1848-1874). Em vista disto vale salientar que apesar da especificidade étnica, ambos os grupos se movimentaram em um espaço comum, mantendo e compartilhando relações – conflituosas ou não, em fase de intensas mudanças no sul brasileiro.

Conforme Becker (1995), os espaços entre o planalto sul-rio-grandense e as Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí, eram tradicionais territórios de populações indígenas com predominância da tradição arqueológica Taquara ou Proto Jê, conforme demonstram estudos mais recentes (Wolf, 2016). O grupo étnico Kaingang, pertence ao Grupo Jê Meridional e, conforme Laroque (2009), o tradicional território estendim-se desde o oeste da Província de São Paulo, norte e oeste da Província do Paraná, oeste da Província de Santa Catarina até ambas as margens da Bacia Hidrográfica do Jacuí e Lago Guaíba na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas também, estendendo-se para território de Misiones na Argentina.

Deve-se ressaltar que no século XIX, estas extensões formavam um amplo território, e apesar de serem separados por cursos d’água, tais como bacias e rios, as parcialidades Kaingang eram interligadas por laços de familiaridade e reciprocidade. Da mesma forma, o referido grupo possuía uma interação bastante íntima com o meio/natureza, o qual além de garantir a subsistência, assegurava a continuidade de suas práticas culturais.

Esta concepção cultural e territorial entraria em choque com o modelo de jurisdição do Império brasileiro, que possuía uma tendência exploratória e considerava as extensões territoriais como pertencentes ao Estado, podendo, portanto, serem utilizadas para o projeto colonizador privado. Sendo assim, as relações entre indígenas Kaingang e imigrantes europeus foram estabelecidas a partir do momento em que o Governo Imperial passou a organizar frentes de expansão em direção às matas – até então consideradas como vazias – na intenção de povoar o território e torná-lo mais rentável. Nesta situação, os imigrantes holandeses aparecem como integrantes destas frentes de expansão, envolvendo-se em uma teia de relações com o “outro”.

A presença holandesa no Brasil, grosso modo, é associada às invasões holandesas do século XVI, no momento em que era disputado o controle do açúcar, mas este não foi o último momento[[7]](#footnote-7) em que estes estiveram em terras brasileiras. A partir da presente análise, é possível evidenciar uma presença holandesa significativa no século XIX – na forma de imigrantes, cuja fase histórica está esfumaçada e generalizada sob a periodização conhecida como “imigração alemã”.

A introdução de holandeses ao Brasil esteve ligada ao já mencionado projeto de desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro, tendo sido recrutados por diversos agentes colonizadores na Europa a partir da segunda metade da década de 1850, com o intuito de povoar as colônias recém-criadas no Brasil, nas Províncias de Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sobre isto, Roos e Eshuis (2008) atestam que, mais precisamente entre os anos de 1858 e 1862, mais de 700 holandeses teriam emigrado para o Brasil.

Com base em registros de entrada destes imigrantes, e dos acentos de batismos, casamentos e óbitos oriundos das entidades eclesiásticas e cartórios das comunidades das quais pertenciam, foi possível constatar que, a maior parte dos imigrantes que foram destinados à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul eram oriundos das Províncias holandesas de Gelderland e Zeeland.

A exemplo dos registros eclesiásticos, tem-se o acento de casamento do imigrante holandês Christian te Roller, proveniente da Comunidade Evangélica (IECLB) de São Vendelino, Rio Grande do Sul. O registro escrito no idioma alemão e datado do ano de 1876, evidencia a nacionalidade holandesa do nubente, nascido em Eibergen, na província de Gelderland, conforme segue:

CHRISTIAN TE ROLLER, Sohn des Heinrich Te Roller aus **Eibergen, Holland**, und Henricka geb. Abenk, von da mit CATHARINA TAFFE, Tochter des Carl Taffe, aus Hessen, und Philippine geb. Haas, werden am heutigen Tage, dem (18) achtzehnten April (1876) achtzehnhundertsechs und siebzig nach dreimaligem Aufgebot getraut (IECLB São Vendelino, Casamentos (1862-1964), Nº 13, p. 341, grifos nossos)[[8]](#footnote-8).

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os holandeses foram instalados com maior expressividade nas colônias[[9]](#footnote-9) recém-formadas de Santa Cruz (1849), Santa Maria da Soledade (1855), Santo Ângelo (1857) e Nova Petrópolis (1858), duas destas, localizadas nas delimitações da Bacia Hidrográfica do Caí.

No final do século XIX, ou seja, entre as décadas de 1880 e 1890, notou-se na documentação manuseada, que estes imigrantes promoveram migrações internas, ocupando uma série de municípios que atualmente correspondem às delimitações da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, acompanhando o avanço do excedente populacional das primeiras colônias, cuja fronteira agrária, conforme Christillino (2004), se direcionava a região atualmente denominada de Vale do Taquari.

**3 ÀS MARGENS DO RIO CAÍ: A EFÊMERA COLÔNIA DE SANTA MARIA DA SOLEDADE**

A “imigração alemã” para o sul do Brasil teve início após a independência do Brasil, sendo associada essencialmente à ocupação de terras “devolutas”[[10]](#footnote-10) através da colonização. Roche (1969) dividiu esta fase de imigrações em três períodos durante a jurisdição imperial: 1824-1847, 1848-1874 e 1874-1889.

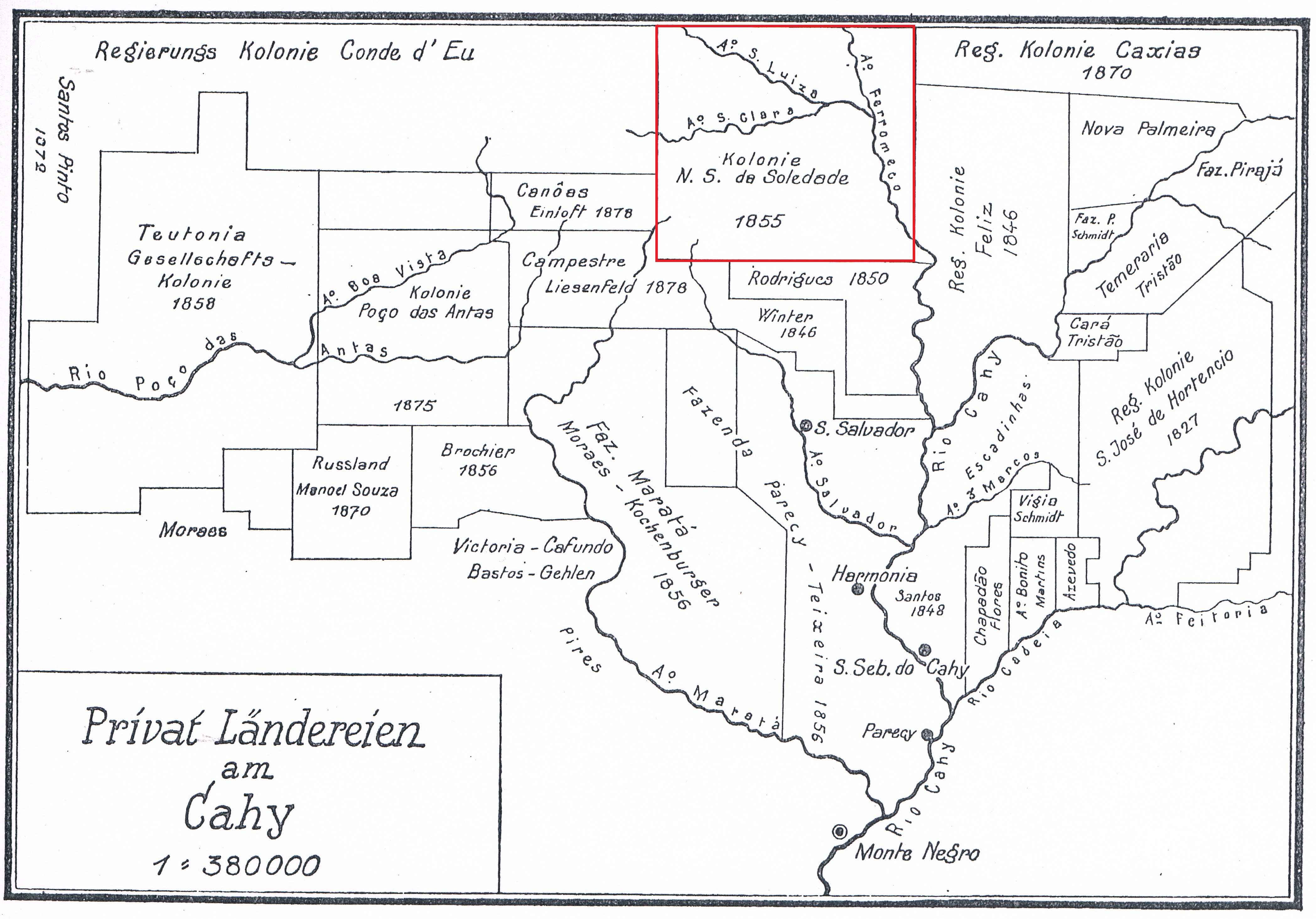
Inicialmente, a imigração foi de caráter oficial, tendo o Governo Brasileiro atraído os colonos europeus mediante a promessa de inúmeras vantagens. Nestas condições, competia ao Império organizar o recrutamento[[11]](#footnote-11) de colonos na Europa, cobrir a viagem, garantir a liberdade de culto, conceder terras e mantê-los, pelo menos no período inicial. A partir de 1830 a imigração foi interrompida, e retomada após 1845, mediante a pacificação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, longamente atormentada por uma crise política.

No segundo período da imigração entrou em vigor a lei geral de 18 de setembro de 1850[[12]](#footnote-12), que regulamentava a aquisição de terras devolutas, possibilitando a fundação de numerosas colônias particulares. O principal sistema que vigorou para se fazer o recrutamento de colonos neste período foi o contrato, que introduziu levas significativas de imigrantes para as colônias em formação.

A instalação destas colônias colaborava com o plano expansionista do Governo da época, nas quais se desenvolvia uma cultura de subsistência e limitavam-se a mínima intervenção externa. Da mesma forma, a fundação de colônias favorecia a abertura de estradas, as quais futuramente seriam úteis para o deslocamento do excedente. Neste sentido, as primeiras colônias foram instituídas através da iniciativa imperial, originando colônias de caráter oficial, e em segundo momento, ficaram a cargo da Província em parceria com a iniciativa privada, fundando colônias particulares.

Segundo madame Marie van Langendonck[[13]](#footnote-13) ([1862] 2002), a Colônia de Santa Maria da Soledade foi fundada após o governo imperial conceder uma extensão de terras às margens do rio Caí[[14]](#footnote-14) conforme mapa (Figura 1), ao vice-cônsul da França em Porto Alegre, o conde Paulo de Montravel. De acordo com o contrato[[15]](#footnote-15) celebrado entre o Império e o referido Paulo de Montravel, este último solicitou a compra de uma área de terras “nas vizinhanças do rio Cahy” em 1854 com a finalidade de introduzir colonos suíços e católicos no período de três anos.

Figura 1: Mapa da Colônia no Vale do rio Caí - século XIX



Fonte: Amstad (1924, p. 113).

Comprometido com o Imperador do Brasil a colonizar as referidas terras, Montravel passou a introduzir colonos europeus, conforme relata a viajante belga acerca de sua chegada nas ditas extensões: “Éramos a terceira família que vinha habitar as quatro léguas quadradas que a Sociedade Montravel era obrigada a povoar em um dado tempo” (LANGENDONCK, 2002, p. 51).

Sobre o cotidiano dos primeiros colonos e sua relação com o meio, temos também os relatos atinentes à família Langedonck:

Nesse meio tempo, nossa cabana tinha sido concluída, mas estava construída no meio da colônia, e como o primeiro transporte de emigrantes tinha entrado em posse de terrenos afastados, estávamos sempre muito isolados. Apenas o terreno da frente da casa estava desmatado, a parte de trás ficava apenas alguns metros da floresta (LANGENDONCK, 2002, p. 76).

Na incapacidade de introduzir os colonos no prazo estipulado, o empreendedor Montravel fora obrigado a modificar o contrato reiteradas vezes. A exemplo disto, no contrato[[16]](#footnote-16) celebrado entre o Governo Imperial e o Conde de Montravel em 06/02/1855, o prazo para introdução dos colonos foi estendido para cinco anos, bem como, não fora delimitada a origem étnica do imigrantes, exigindo somente, que os colonos importados fossem “lavradores e gente do campo”.

Em resposta às dificuldades, Montravel fundou a empresa de colonização Montravel, Silveira e Cia, com escritório na Antuérpia. A sociedade havia sido instituída através da associação com três sócios: Dr. Israel Soares de Barcellos, Dr. Dionísio de Oliveira Silveiro e João Coelho Barreto. A partir do Códice 313[[17]](#footnote-17) do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, entende-se que a Colônia fora dividida entre seus sócios, formando quatro distritos: Distrito Barcellos, Distrito Silveiro, Distrito Coelho e Distrito Montravel.

A exemplo do recrutamento de colonos com destino à Colônia de Santa Maria da Soledade, temos os registros do Códice 234[[18]](#footnote-18), que evidenciam as 15 famílias que desembarcaram no Porto de Rio Grande em 05/09/1858. De origem prussiana, belga e holandesa, haviam sido introduzidos pela Sociedade Montravel, Silveira e Cia, a qual pagou as despesas de viagem. Uma das famílias citadas na relação é a família Dierings, natural da Província de Zeeland, na Holanda:

DIERINGS, João, 31-40, cas.; Cornelia, 31-40, cas.; Abrahão, 17-21; Carolina, 15-21; Miguel, 17-21; Pedro, 7-16; Adrianna, 8-14; Isaac, 0-6; Susanna, 0-7; **hol**.; chegada de Rio Grande neste Porto: 5-9-1858, emb.: Continentista (vapor); destino: Santa Maria da Soledade.Observações.: Provenientes de Antuerpia pelo Navio Monickenduca, Cap. Flick, até o nº 50 **contratados por Montravel Silveira e Cia que pagou suas despesas particularmente**; de 50 em diante por conta do Governo (CÓDICE 234, Nº 40-48, p. 43, grifo nosso).

Sobre o processo de agrimenção/recrutamento de colonos, estando a Sociedade Montravel pressionada pelo prazo do contrato, acabou apelando aos agentes colonizadores da Europa. Neste sentido, a viajante Langedonck emitiu fortes críticas ao processo de escolha destes colonos, enfatizando que as os agentes europeus “[...] lhes enviaram não a escória desta população, mas os piores dessa escória” (LANGENDONCK, 2002, p. 55). Igualmente, teria introduzido belgas recrutados de prisões, e holandeses, sem coragem moral e força física, os quais teriam sido seduzidos pelos agentes da colonização na Holanda com o intuito de enriquecerem, mas se depararam com a não aguardada precariedade da vida na colônia.

A mesma crítica é emitida no que tange a religião, visto que, o Conde de Montravel teria se comprometido a introduzir somente colonos católicos, o que não ocorreu, já que o número de protestantes era muito maior do que o de católicos. Ainda assim, atesta que o próprio administrador da colônia era protestante, corrompendo a iniciativa inicial da preferência pelo culto católico.

Conforme a listagem[[19]](#footnote-19) de colonos residentes por volta de 1880 na antiga Colônia de Santa Maria da Soledade, a Sociedade Montravel introduziu além de alemães, colonos austríacos, belgas, franceses, holandeses e suíços, sendo mais tarde notadas possessões de italianos. Esta gama de imigrantes, embora heterogênea entre si, se movimentou em um espaço comum, podendo-se concluir que o meio agiu de forma preponderante nas relações interétnicas mantidas nesta conjuntura.

De acordo com Roche (1969), a Sociedade havia em 1859 introduzido 1187. Anos depois, o convênio entre o governo imperial e a Sociedade Montralvel, Silveira e Cia foi rescindido, sendo a colônia assumida pelo Estado. Em 1876 foi fundada a Colônia de São Vendelino, cujas delimitações geográficas se estenderam sobre parte da antiga colônia de Santa Maria da Soledade[[20]](#footnote-20), tendo como administrador, Eugênio Carrard.

Apesar disso, a colônia de Santa Maria da Soledade teve seu início muito antes do consentimento da referida faixa de terras ao Conde de Montravel e a introdução de imigrantes europeus. Para além destes imigrantes, pode-se evidenciar uma possível presença lusitana, visto que os lotes iniciais pertenciam a indivíduos com sobrenomes de origem lusa, como também, os grupos indígenas Kaingang que, no século XIX, ali possuíam seu tradicional território. Langendock (2002) menciona ainda a presença de negros – escravizados e refugiados nas matas – e indígenas – os quais denomina de “civilizados” e “selvagens” que provocavam pilhagens. Sobre a presença indígena, mas não citando sua etnia, a Madame ressalta:

Não longe de nós, veio se estabelecer uma família indígena, composta por oito pessoas. Eram verdadeiros peles-vermelhas, de raça índia. A Sociedade empregava o marido, seus dois irmãos e os dois filhos de sua mulher, de quem ele era o segundo marido, no traçado de estradas e a abertura de picadas que separavam as colônias: eles haviam comprado duas, que cultivavam perfeitamente, por sua conta (LANGENDONCK, 2002, p. 61).

Frente ao exposto, é possível perceber que os Kaingang, tradicionais ocupantes do referido território, tiveram seus espaços ameaçados pela introdução de imigrantes europeus, neste caso, holandeses, que de acordo com o projeto colonizador em vigor na Província, foram instalados na Colônia de Santa Maria da Soledade. Portanto, o processo colonizatório avançou sobre as matas tidas como “desabitadas”/“devolutas”, não acabou levando em consideração a presença indígena e seus respectivos aspectos culturais, provocando reiterados (des)encontros – conflituosos ou não – com o “outro”.

**4 A IDEIA SOBRE O “OUTRO”: O CONFLITO COM A FAMÍLIA VERSTEEG**

Na colônia de Santa Maria da Soledade, (con)viver com grupos étnicos distintos parece ter sido algo corriqueiro, custando relações variadas. Nesta colônia, a equidade étnica parece não ter sido levada em consideração pelo projeto colonizador, tendo em vista a heterogeneidade dos imigrantes europeus ali introduzidos. Mesmo assim, a língua e a confissão religiosa atuaram como fatores culturais para agrupamento, promovendo a continuação das práticas culturais, mesmo que a terra natal estivesse distante no espaço.

É neste sentido que se nota Santa Maria da Soledade como ponto de encontro de grupos que viviam em universos culturais distintos, se comunicando a partir de línguas diferentes e fazendo uso de aparatos culturais distintos. Tendo como base Barth (2000), entende-se que quanto maior as diferenças culturais entre distintos grupos étnicos, menor é a interação étnica. Assim, a interação se dá em função da complementaridade de algumas características culturais.

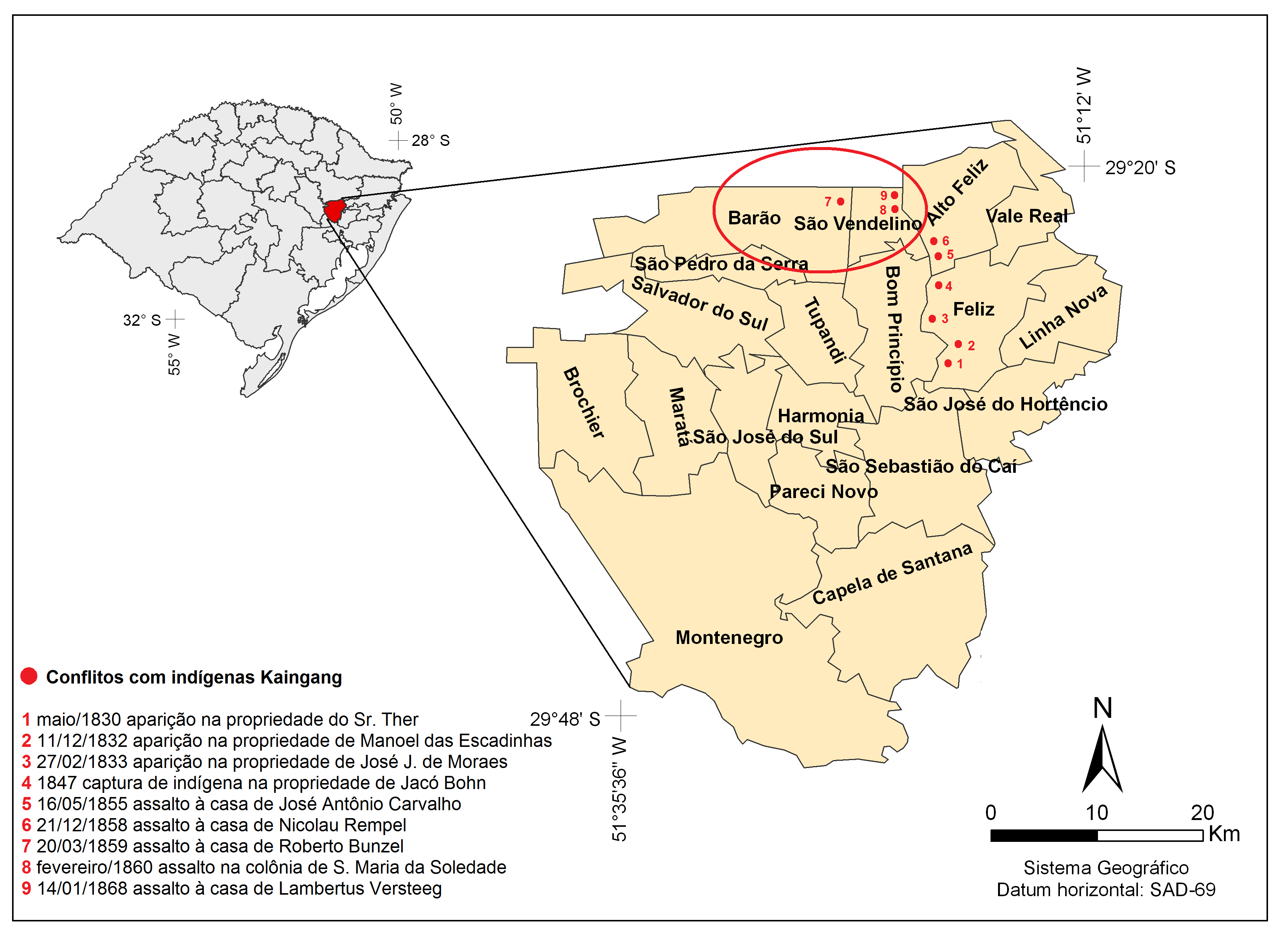
No caso em que se armaram conflitos entre indígenas e imigrantes europeus, é necessário notar que entre estes houve um distanciamento cultural bastante expressivo em suas formas de (vi)ver, si e aos demais, muito maior ao comparar-se com os demais grupos de imigrantes europeus introduzidos nestas extensões. Logo, este ambiente – com tendências extremamente interétnicas – foi propício para o desenvolvimento de visões e imaginários pejorativos acerca dos indígenas, considerados assim, como parte da natureza, desprovidos de racionalidade e portanto, algo não humano, e em relações sociais, como “selvagens”, violentos ou simplesmente “o outro”. Resquícios desta concepção são perceptíveis na carta que Mathias Franzen escreveu a seu cunhado Mathias Rockenbach no ano de 1832, fazendo menção à conflitos interétnicos ocorridos em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí naquela conjuntura:

Wir wären ganz froh u. Glücklich, wenn ein großes Uebel nemlich die wilden Menschen nicht wären, die schon lange die Waldungen unsicher gemacht und schon 21 Deutschen Brüdern das Leben geraubt haben. […] wenn sie nicht ihre **Raub und Mordsucht** befriedigen Müßten. Es ist ihnen hauptsächlich um die Entwendung von Eisengeschirr zu tun (DEUTSCHES Volksblatt, 1934, grifo nosso)[[21]](#footnote-21).

Sabendo que a questão do território foi uma das principais justificativas para o conflito entre indígenas e “civilizados”, tem-se em vista que estes aumentaram em proporção no momento em que o governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul institui as frentes de expansão. Colonos, instalados compulsoriamente sob assentamentos indígenas, notaram a presença Kaingang como invasiva, enquanto que estes últimos, perdendo seus tradicionais territórios de forma contínua, também desenvolveram uma concepção repulsiva acerca do elemento estrangeiro.

O mapa a seguir (Figura 1), demonstra uma relação de nove encontros interétnicos entre Kaingang e imigrantes europeus no século XIX, em regiões das colônias Feliz e Santa Maria da Soledade, cujos encontros foram mencionados pelos autores Gansweidt (1946), Barbosa (1977), Mabilde (1983), Becker (1995) e Vedoy (2015).

Figura 2: Mapa dos conflitos em regiões das Colônias de Feliz e Santa Maria da Soledade no século XIX.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do mapa da Fundação Estatística e Econômica, do Cored do Vale do Caí.

Uma das famílias que se envolveu em situações conflituosas com indígenas foi a família Versteeg, popularmente conhecida em virtude do “rapto” e “pilhagem” provocado por indígenas Kaingang em sua propriedade, na Colônia de Santa Maria da Soledade, em 1868, ilustrado no item 9 do Mapa (Figura 1). O caso teve expressiva repercussão na comunidade, servindo como tema para as clássicas obras dos autores Gansweidt, “As vítimas do Bugre” ([1929] 1946]) – do original “Luis Buger und die Opfe seiner Rache”, e Barbosa, “Luís Bugre: O indígena diante dos imigrantes alemães” (1977), as quais apresentam alguns detalhes divergentes[[22]](#footnote-22) entre si acerca do caso.

Gansweidt (1946) descreve Lambertus como oriundo de uma nobre família europeia, descendente dos Condes de “von Ameringen” por parte de sua mãe. Seu sobrenome seria originalmente grafado da forma “von Steg”, cuja alteração para a variante “Versteg” teria sido proposital. Igualmente, teria conhecido sua esposa na Holanda, onde teria adoecido e perdido suas riquezas. Barbosa (1977) reporta-se a Lambertus como proveniente da cidade alemã de Coblença, descendente de uma nobre família. Tendo perdido riquezas e posição social, migrou para a Holanda, onde constituíra uma família e mais tarde partiu ao Brasil.

Apesar das generalizações presentes nas referidas obras, esta pesquisa permitiu concluir que a família Versteeg se tratava de uma das famílias holandesas que foram contratadas pela Sociedade Montravel Silveira e Cia para colonizar a Colônia de Santa Maria da Soledade no ano de 1858. Na sequência, transcreve-se o registro de entrada da família, com vistas para a variação do sobrenome[[23]](#footnote-23) e a incoerência da procedência, ali atestada como prussiana:

VETZSTEG, Lambert, 22-30, cas., pedreiro; Maria, 22-30, cas.; Jacob, 0-6; pruss; chegada de Rio Grande neste Porto: 3-10-1858, emb.: Continentista (vapor); destino: Santa Maria da Soledade. Obs.: Provenientes do navio Laura de Antuérpia, introduzidos por Montravel Silveira e Cia (CÓDICE 234, Nº 56-58, p. 47, grifo nosso).

Sobre a procedência de LambertusVersteeg, a partir da documentação, é possível constatar que não foi alemã, como mencionada por muitos autores. Conforme seu registro de nascimento, nasceu a 11 de novembro de 1822 em Haarlem, Província de Noord-Holland, na Holanda, filho de Jacob Versteeg e Maria Wydogen. Corrobora para a questão, um trecho do registro de nascimento de Lambertus em idioma holandês, oriundo do registro Civil da cidade de Haarlem, capital da Província holandesa de Noord-Holland:

Den twaalfden dag der maand November van ’t jaar achttien-honderd-twee-en-twintig, ten twaalfuren op den middag.

Acte van geboorte van **Lambertus**, geboren den Elften, des morgens ten zes uren, Zoon van **Jacob Versteeg**, van vijftwintigjaren [...], en **Maria Wydogen,** Ehtaliaden, wonende in da Breesteeg. […] Zijnde deze Acte na mijne voorlezing geteekend door den Vader en de beide getuigen, bevestigd, ingevolge de wet door mij ondergeteekende Burgemeester, Ambtenaar van den Burgerlijken Stand der stad **Haarlem** (REGISTRO DE NASCIMENTO de 11 de novembro de 1822. Livro de Registro Civil – Nascimentos (1821-1822). p. 151, grifos nossos)[[24]](#footnote-24).

Igualmente, tem-se o registro de óbito do colono Lambertus, proveniente da Entidade Eclesiástica IECLB São Vendelino, originalmente no idioma alemão, ocorrido em 01 de dezembro de 1887, e que menciona sua proveniência holandesa: “Lambert Ver Steeg, geb. 11 Nov. 1822 zu **Haarlem** in **Niederland**, gestorben am Lungentzündung am 1 Dez. 1887, Heute, 12 Uhr, beerdigtam 3. Dez” (IECLB São Vendelino, Óbitos (1872-1999), Nº 46, grifos nossos).

O conflito com os Kaingang que acarretou a tomada como prisioneiros os integrantes da família Versteeg, teria se dado após quase dez anos da instalação da família na Colônia de Santa Maria da Soledade. Lambertus teria se afastado da família em 13 de janeiro de 1868, para deslocar-se ao Vale do Caí – São José do Hortêncio, onde visitaria a família de um amigo de nome Valentim Weber, participando dos festejos atinentes à quermesse[[25]](#footnote-25) que ocorreria no dia seguinte.

Durante este período de afastamento, a esposa de Lambertus, referida na obra de Gansweidt (1946) como Valfrida Bloom, teria sido atacada por um grupo de indígenas Kaingang que adentram a residência e levaram como prisioneiros dois de seus filhos – Jacó, de 14 anos e Maria Lucila, de 12 anos. O regresso de Lambertus com os notórios sinais da investida Kaingang, é descrito por Gansweidt da seguinte forma:

[…] e vê-se a patear no meio das cinzas onde ainda fumegam carvões acesos. [...] Aqui uma galinha estraçalhada... mais uma... e uma terceira... quarta, quinta, às dúzias juncam o chão em meio as penas. Avança mais... os chiqueiros arrombados e em parte demolidos. Dentro, os suínos abatidos, cortados, esquartejados e com nacos e quartos desaparecidos. Segue para o potreiro e a visão dantesca se repete. Cavalos, vacas, bois, terneiros, tudo destroçado a cacetadas, golpeando até a morte. Aqui também faltam às vítimas diversas partes do corpo. E em toda parte, no chão, pegadas humanas, de pés descalços, mas pegas diferentes das de seus familiares, mais largas, grosseiras e rudes (GANSWEIDT, 1946, p. 59).

Sendo assim, Lambertus procurou apoio de seus vizinhos, os quais compuseram uma expedição inicial de vinte e seis colonos, com o intuito de localizar a família em meio à mata. A incursão que teria durado dois dias – com pernoite e chuvas na floresta, teria chegado ao fim com o esgotamento físico dos colonos, sem maiores resultados. Em sequência, Lambertus teria buscado auxílio em São Leopoldo, organizando-se uma segunda expedição, esta, com participação do Chefe de Polícia de Porto Alegre e demais colonos de distintas procedências da Província. Nesta segunda incursão na mata, Gansweidt relata que os “expedicionários” teriam chegado muito próximos do grupo Kaingang que estavam com a família aprisionada:

Não parece dúvida! Aqui houve uma aldeia um dia. No centro de um relvado pisoteado negreja um montão de cinzas. Ao derredor, espaços retangulares de terra nua, em meio do capim, dizem que aí se erguiam ocas selvagens. Ainda abertos os buracos dos postes arrancados. Palha e ramagem sêca, pertencentes aos telhados e paredes, jazem esparsos pelo chão. Bem recente a demolição, por certo, pois ainda nenhuma chuva batizara a cinza (GANSWEIDT, 1946, p. 127).

Esta segunda expedição – que teria partido a 22 de janeiro de 1868 – teria chegado à Fazenda de Manoel Firminiano, o qual os acolhera por dois dias, apoiando a incursão nas matas por mais dez dias, inclusive fornecendo peões. Mesmo assim, a incursão que se alongou por vinte e três dias, não teria atingido resultados satisfatórios, conforme comprova o relatório enviado pelo Presidente da Província Dr. Francisco Marcondes Homem de Melo à administração da Província, datado de 24 de fevereiro de 1868:

[...] Por offcio de 24 de Fevereiro comunicou-me o Dr. Chefe da Polícia que forão infrutiferas as diligencias empregadas, pois apenas se encontrarão vestígios passageiros da marcha dos selvagens, despendendo-se com a partida que, desde 19 de Janeiro até 11 de Fevereiro se internou nas mattas, a quantia de 701$740 reis, que mandei pagar pela Directoria da Fazenda Provincial (RELATÓRIO de 24/02/1868, AHRS).

O personagem Luís Bugre[[26]](#footnote-26), que juntamente com a família Versteeg é um dos protagonistas das obras de Ganweidt e Barbosa, fora um indivíduo constante nesta história, também residindo na Colônia de Santa Maria da Soledade e inclusive, participando da segunda expedição montada para resgatar os integrantes da família aprisionada. Gansweidt ressaltara o seguinte:

Vagueia pela floresta ou visita as vendas destes rincões, trocando objetos, enquanto deixa mulher e um par de filinhos aos próprios cuidados. Em qualquer parte que vá, o acompanha uma forte matilha de cães ferozes que o fazem deveras temido. Menos de uma dúzia nunca o cercam. Mas, justiça lhe seja feita: tem os bichos na mão, atendem prontamente ao seu assovio e temem mais sua voz que seu chicote (GANSWEIDT, 1946, p. 41).

Em sua identidade de indígena Kaingang convivendo no mundo dos não índios, aos poucos, lhe é atribuída uma concepção negativa, sendo inclusive insinuado nas obras já mencionadas, o seu envolvimento na incursão Kaingang envolvendo a família Versteeg, no que diz respeito ao retardo da expedição nas qual participara. Neste sentido, Gansweidt retrata a face negativa de Luís Bugre através da fala do Delegado:

A mim me parece que os bugres andam com êle de mãos dadas. Suas respostas de moleque, que mais foram do que prova de malícia e arrogância? Sem dúvida, pensa ele que estamos já meio em seu poder e dependemos de sua misericórdia. Claro que o tratante tem das suas na mioleira. Odeia-nos, bem no dizem seus olhos. Cuidado! Não vamos cair nas ciladas desse vagabundo... (GANSWEIDT, 1946, p. 128).

Sobre o destino final da família Versteeg, Gansweidt (1946) evidencia em sua obra que Valfrida teria sido morta por indígenas através de agressões e flechadas, cujo destino em sequência a filha Maria Lucila também teria tido, embora o seu desaparecimento não fique claro na história. Segundo Laroque (2000), Jacó, teria sido cogitado a atuar como liderança indígena, pelo Cacique da parcialidade Kaingang com a qual estava convivendo, entretanto foge durante uma festividade indígena, sendo acolhido por um rico estancieiro de nome Adolfo Pacheco. Lambertus Versteeg, que teria vendido sua propriedade em Santa Maria da Soledade, e que estaria empregado em uma companhia de navegação fluvial, é encontrado mais tarde pelo filho Jacó. Barbosa (1977) relata que a morte de Valfrida teria ocorrido com forte violência, mas deixa vago as causas do desaparecimento da filha Maria Lucila. O desfecho da história, no que diz respeito à fuga de Jacó e o reencontro com o pai, se assemelha com as informações fornecidas por Gansweidt.

No que diz respeito à questão identitária, é interessante ressaltar que a Colônia de Santa Maria da Soledade – em sua composição heterogênea - possibilitou que indivíduos assumissem identidades distintas da sua, ou até mesmo múltiplas, como é o caso de Jacó Versteeg, imigrante holandês, criado entre alemães e que compartilhou experiências com indígenas Kaingang em sua infância. Igualmente, e talvez mais expressivo, seja o caso de Luís Bugre, proveniente do grupo étnico indígena Kaingang, capturado em sua infância por colonos europeus, passando de “bugre”[[27]](#footnote-27) para uma posição de ex-selvagem na sociedade em que estava inserido.

A partir de Woodward (2003), entende-se que a identidade é produzida por sistemas de representação que dão sentido à experiência do indivíduo e à sua constituição enquanto ser. Ou seja, a identidade é formada e transformada em relação às formas pelas quais o indivíduo é representado nos sistemas culturais que lhe rodeiam. Em relação às questões culturais, tem-se com base em Laraia (2003) em vista o dinamismo da cultura, em que conserva-se o antigo, apesar da aquisição do novo.

Sobre a concepção do “outro”, em primeiro momento ligada ao indígena em virtude da discriminação e seu distanciamento cultural acerca do indivíduo europeu, não deve ser por si só considerado o “outro”. Entende-se que esta posição social carregada de indiferença e inferioridade, recai com o mesmo teor sobre o elemento europeu partindo do indígena, pois conforme referido os Kaingang também desenvolveram um comportamento repulsivo no momento em que passaram a “perder” seus tradicionais territórios ao elemento colonizador. Sendo assim, o “alemão” também pode assumir a posição de “outro” no contexto das relações interétnicas.

Neste sentido, Dornelles (2011) analisando acerca da posição de “bugre” no meio social, atesta que a referida categoria pode não designar um grupo em específico, como, por exemplo, os indígenas, mas sim, significar algo mais amplo, a citar, a “indianização” de imigrantes europeus, como foi a experiência de Jacó Versteeg, logo,“[...] não se nasce bugre, estes são feitos/criados na história” (DORNELLES, 2011, p. 70), ou seja, trata-se de uma construção social.

Mesmo assim, no âmbito das relações interétnicas, deve-se ressaltar que a interação entre grupos indígenas e imigrantes europeus não se deu somente de forma conflituosa, através de “ataques” e “pilhagens”, termos etnocêntricos que geralmente constam nos relatos. Esta interação também ocorreu a partir de alianças entre indígenas Kaingang e o governo da Província, a exemplo do ocorrido na Colônia Santa Maria da Soledade em 1857, em que Madame Langedonck refere-se um guia na posição de ex-selvagem, o qual se entende tratar de Luís Bugre:

O guia que veio buscar-nos no dia seguinte era um ex-selvagem. Permanecera até a idade de dezesseis anos na tribo onde nascera. Ignoro que circunstâncias o haviam quase civilizado. Ele se colocara a serviço da Sociedade, sem ocupação especial, pois um trabalho regular lhe era singularmente antipático. [...] Um dia alguém colocou em dúvida a faculdade que se atribuía a Antônio Luís, (era esse o nome do guia) [...] (LANGENDOCK, 2002, p. 44).

Neste sentido, no âmbito das relações interétnicas, e tendo por base Oliveira (1976), entende-se que estas relações mantidas entre indígenas e europeus – em todas as suas modalidades de relações interétnica, tiveram significados diferentes para cada uma das concepções culturais, visto que, possuindo significativas distinções entre si, estavam em posição de afirmar-se diante da cultura alheia.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo possibilitou constatar que os territórios correspondentes às Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul, foram povoados por numerosos grupos étnicos, distintos culturalmente, a exemplo, indígenas, africanos e negros escravizados, europeus e seus descendentes. Neste sentido, nota-se uma invisibilização de grupos que da mesma forma que os demais, foram personagens constantes no processo de constituição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e ocupação dos territórios das Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí.

Igualmente, notou-se um emprego generalizante da denominação “imigração alemã” pela historiografia tradicional, tendo atuado de forma a homogeneizar uma gama de imigrantes oriundos de diferentes regiões da Europa, com aspectos culturais bastante distintos, como língua, crenças e costumes, embora adentrados no mesmo período histórico.

Esta falta de reconhecimento das diferenças culturais é perceptível através da forma como foi conduzido o projeto de expansão do Império brasileiro no século XIX, que avançou sobre tradicionais territórios indígenas, neste caso, da etnia Kaingang, no intuito de colonizar áreas tidas como desabitadas. Assim, imigrantes que foram compulsoriamente instalados sob assentamentos indígenas, passaram a estabelecer relações com grupos portadores de concepções culturais extremamente distantes da sua.

A exemplo destes imigrantes, evidenciou-se os holandeses, contratados para ocuparem as ditas “terras devolutas”, sendo estabelecidos em colônias em formação, com maior intensidade, por exemplo, na Colônia de Santa Maria da Soledade. Estes imigrantes, frequentemente tratados como alemães, compuseram parte da expressão generalizante já mencionada.

É neste contexto de colonização que ocorreram os (des)encontros culturais entre Kaingang e holandeses, manifestados, na maioria das vezes, de forma conflituosa, como foi o caso da Família Versteeg, regionalmente bastante problematizado e repercutido no imaginário social, até os dias atuais. Ainda assim, estas relações interétnicas resultadas do encontro de distintas etnias no mesmo território, teve significados diferentes para cada uma das concepções culturais envolvidas.

**REFERÊNCIAS**

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germaneidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*.Trad. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed.Unisinos, 1999.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Luís B*ugre: o indígena diante dos imigrantes alemães. 1977.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: BARTH, Frederik. LASK, Tomke (org.). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*.Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa, ([1969] 2000) p. 25-67.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*.São Leopoldo-RS: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, [1976] 1995.

CHRISTILLINO, Christiano. *Estranhos em seu próprio chão*: o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período 1840-1889). 2004, 374 f. Dissertação (Mestrado em História da América latina) – UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

CÓDICE 234 - Nº 6-1 Registro de Entrada da família de Francisco Alberg de 28 de novembro de 1858. In: CÓDICE 234. Livro de registros de colonos chegado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1863). *AHRS*. Fundo Imigração, Terras e Colonização, nº 6-10, p. 64.

CÓDICE 234 - Nº 40-48. Registro de Entrada da família de João Dierings de 05 de setembro de 1858. In: CÓDICE 234. Livro de registros de colonos chegado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1863). *AHRS*. Fundo Imigração, Terras e Colonização, nº 40-48, p. 43.

CÓDICE 234, Nº 56-58, Registro de Entrada da família de Lambert Vetzsteg de 03 de outubro de 1858. In: CÓDICE 234. Livro de registros de colonos chegado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1863). *AHRS*. Fundo Imigração, Terras e Colonização, nº 56-58, p. 47.

CÓDICE 313. Livro de lotes da Ex-Colônia Santa Maria da Soledade. Fundo Imigração, Terras e Colonização, *AHRS*. Porto Alegre.

CONTRATO de 30 de dezembro de 1854. Fundo Imigração, Terras e Colonização, maço 35, caixa 20, *AHRS*. Porto Alegre.

CONTRATO de 06 de fevereiro de 1855. Fundo Imigração, Terras e Colonização, maço 35, caixa 20, AHRS. Porto Alegre.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Multiculturalismo e Fronteiras Étnicas. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; (Coords). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

DEUTCHES VOLKSBLATT. Ein Brief aus dem Jahre 1832. São Leopoldo, 01 mai. 1934, *Instituto Anchietano de Pesquisas*.

DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang*: as experiências vividas pelos indígenas no contexto da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. 2011, 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), Porto Alegre, 2011.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Multiculturalismo e Fronteiras Étnicas. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; (Coords). *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GANSWEIDT, Matias José. *As vítimas do Bugre*. Porto Alegre: Selbach, 1946.

GREGORY, Josemir. *Fazenda da Estrella*:um estudo de caso envolvendo posse territorial e negociações no sul do Brasil no século XIX. 53 f. Monografia (Curso de História). Lajeado: UNIVATES, 2015.

IECLB. Registro de Casamento de Christian te Roller de 18 de abril de 1876. Livro de Registros Eclesiásticos – Casamentos (1862-1864), IECLB São Vendelino, nº 13, p. 341, *Acervo Genealogia RS*.

IECLB. Registro de Óbito de Lambert Ver Steeg de 01 de dezembro de 1887. Livro de Registros Eclesiásticos – Óbitos (1872-1999), IECLB São Vendelino, nº46, *Acervo Genealogia RS.*

LANGENDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil*. Tradução de Paula Berinson e introdução de Augusto Meyer. Florianópolis: Editora Mulheres, [1862], 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*:Um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1986] 2003.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Pesquisas. Antropologia nº 56*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos,2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues; Momentos de historicidades indígenas. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 5, p.81-108.

MABILDE, Pierre. F. A. Booth. **A***pontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. São Paulo, IBRASA, 1983.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*:a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo-SP: HUCITEC, 1997.

MAPA da Fundação Estatística e Econômica, do Cored do Vale do Caí. Disponível em: <

<http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/corede_vale_do_cai_2008_municipios.png>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

PIRES, Karen. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/ RS – final do século* XIX**.** 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, dez. 2016.

REGISTRO DE NASCIMENTO de 11 de novembro de 1822. Livro de Registro Civil – Nascimentos (1821-1822) Haarlem, Noord Holland, Netherland, p. 151, acervo Family Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939Z-RTJH-2?i=341&wc=MCLW-HMH%3A341396101%2C341773201&cc=2020117>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

RELATÓRIO de 24 de fevereiro de 1868. Relatório da Diretoria Geral dos Índios. *AHRS*. Porto Alegre.

RIEL, Cornelia Van; ZART, Helaine Gnoatto. *A caminho da esperança*: Imigração holandesa de Não-Me-Toque. Não-Me-Toque/RS: RH Publicidades Ltda., 2011.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. v. I. Ed. Porto Alegre: Globo S.A., 1969.

ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. *Os Capixabas Holandeses – Uma História Holandesa no Brasil*. Barneveld, Países Baixos, Editora Koninklijke BDU Uitgevers, 2008.

SEMA - Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Bacias Hidrográficas do RS. Disponível em: < http://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Editora Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. *Contatos interétnicos*:sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí. 2015. 100f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, TomazTadeu da (Org); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*: A perspectiva do Estudos Culturais. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 7 – 72.

WOLF, Sidnei. *Arqueologia Jê no alto Forqueta/RS e Guaporé/RS*: um novo cenário para uma antigo contexto. 2016. 341 f. Tese. (Doutorado em Ciência: Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, nov. 2016.

1. O estudo insere-se no Projeto de Pesquisa “Identidades étnicas em espaços territoriais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, vinculado ao PPG em Ambiente e Desenvolvimento e conta com auxílios financeiro da Universidade do Vale do Taquari – Univates e da Fapergs. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em História. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de História da Univates. E-mail: [lflaroque@univates.br](mailto:lflaroque@univates.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Doutor em História. Professor da Área das Humanidades e vinculado as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. E-mail: [tweizenmann1@univates.br](mailto:tweizenmann1@univates.br) [↑](#footnote-ref-3)
4. Bolsista de Iniciação científica da Univates. Graduando do Curso de Licenciatura em História. E-mail: [jeferson.schaeffer@univates.br](mailto:jeferson.schaeffer@univates.br) [↑](#footnote-ref-4)
5. Conforme SEMA (2017), as Bacias Hidrográficas Taquari-Antas e Caí inserem-se na região hidrográfica do Guaíba e atendem pelos códigos G040 e G030, respectivamente. [↑](#footnote-ref-5)
6. Sobre “frentes de expansão”, entende-se que foram criadas pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – seguindo o projeto de desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro do século XIX – com a finalidade de colonizar e tornar o território mais rentável. Martins (1997) traz a noção de “frentes de expansão” relacionada à expansão do capitalismo e à um espaço de fricção interétnica, [↑](#footnote-ref-6)
7. Igualmente, não deixamos de mencionar os imigrantes holandeses oriundos da onda migratória do século XX, os quais formaram colônias holandesas existentes até os dias atuais no Brasil, conforme trata a obra de Riel e Zart (2011), sobre a imigração holandesa de Não-Me-Toque/RS. [↑](#footnote-ref-7)
8. CHRISTIAN TE ROLLER, filho de Heinrich Te Roller de Eibergen, Holanda, e Henricka nascida Abenk, com CATHARINA TAFFE, filha de Carl Taffe, de Hessen, e Philippine nascida Haas, serão casados neste dia, ao (18) décimo oitavo de abril de (1876) mil oitocentos setenta e seis (Tradução do autor). [↑](#footnote-ref-8)
9. De acordo com Roche (1969), tratavam-se de espaços criadas para estabelecerem-se imigrantes europeus, de caráter oficial ou privado, cujas colônias eram autossuficientes e baseadas na pequena propriedade rural. [↑](#footnote-ref-9)
10. Conforme Christillino (2004), tratavam-se de extensões territoriais que não se achavam sob domínio de particulares, ou seja, mesmo que ocupadas por populações tradicionais, estavam aptas a serem concedidas na forma de sesmarias, e mais tarde, após a Lei de Terras de 1850, à particulares para colonização e comercialização. [↑](#footnote-ref-10)
11. Conforme Roche (1969), o recrutamento de colonos fora feito pelo Major Schaeffer, agente do Governo Brasileiro na Europa, que era conhecido de Dom Pedro I e já havia engajado voluntários para os batalhões anos antes. [↑](#footnote-ref-11)
12. De acordo com Christillino (2004), a Lei de Terras de 1850 proibia a obtenção de terras através da posse, permitindo, a partir daquele momento, a aquisição de terras devolutas somente através da compra. Igualmente, a lei previa que posseiros legitimassem suas posses de acordo com o prazo estipulado. Neste sentido, Christillino (2004) conclui que a referida Lei fora fundamental no processo de expropriação das populações indígenas de seus tradicionais territórios. [↑](#footnote-ref-12)
13. Marie Barbe Antoniette Rutgeerts van Langendonck, escritora e poetisa belga, emigrou para o Brasil no ano de 1857, instalando-se na Colônia de Santa Maria da Soledade, onde viveu por três anos. Em 1862, tendo já regressado à Bélgica, escreveu a obra “*Une colonie au Brésil”*, registrando importantes experiências vividas durante o processo colonizatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. [↑](#footnote-ref-13)
14. Portanto, em espaços da Bacia Hidrográfica do Caí. [↑](#footnote-ref-14)
15. CONTRATO de 30 de dezembro de 1854. Fundo Imigração, Terras e Colonização, maço 35, caixa 20, AHRS. [↑](#footnote-ref-15)
16. CONTRATO de 06 de fevereiro de 1855. Fundo Imigração, Terras e Colonização, maço 35, caixa 20, *AHRS*. [↑](#footnote-ref-16)
17. O Códice 313, arrolou os proprietários de terras na antiga Colônia de Santa Maria da Soledade. A relação de colonos ali residentes por volta de 1880, dividiu-se em dois volumes na sequência de quatro Distritos: Barcellos, Silveiro, Coelho e Montravel. O material não possuí datação. [↑](#footnote-ref-17)
18. CÓDICE 234. Livro de registros de colonos chegado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1857-1863). *AHRS*. Fundo Imigração, Terras e Colonização. [↑](#footnote-ref-18)
19. CÓDICE 313. Livro de lotes da Ex-Colônia Santa Maria da Soledade. Fundo Imigração, Terras e Colonização, *AHRS*. [↑](#footnote-ref-19)
20. Na atualidade, os municípios de São Vendelino, Barão e partes de Carlos Barbosa, localizados na Bacia Hidrográfica do Caí, Rio Grande do Sul, comporiam a Colônia fundada pelo Conde de Montravel. [↑](#footnote-ref-20)
21. Estaríamos muito contentes e felizes se não fosse um grande mal, isto é, se homens selvagens, que já desde muito tornaram os matos inseguros e roubaram a vida de 21 irmãos alemães. [...] se não tivessem que satisfazer o seu desejo de **roubo e morte**. Trata-se principalmente da busca de instrumentos de ferro (Tradução do autor). [↑](#footnote-ref-21)
22. A obra escrita pelo cônego Matias José Gansweidt e publicada pela primeira vez no ano de 1929, teve grande preocupação em comprovar a veracidade dos fatos. Neste intuito, o religioso firmou uma declaração com o próprio Jacob Versteeg, escrita em alemão e datada de 03 de outubro de 1928, em que Versteeg atesta a participação nos relatos e concede a autorização do uso dos mesmos para a referida obra. Ainda assim, durante a narrativa, é possível notar que fizera uso de diferentes fontes, inclusive de documentações/cartas da época. [↑](#footnote-ref-22)
23. Em sua maioria, os sobrenomes holandeses no Rio Grande do Sul possuem incoerência quanto à grafia utilizada originalmente na Holanda. Uma justificativa para isto pode ser a incompreensão dos Padres/Pastores e Oficias de registros, não habituados com a pronúncia das variedades linguísticas destes imigrantes. Neste trabalho, fez-se uso da grafia “Versteeg”, empregada em registros atinentes aos referidos imigrantes na Holanda. [↑](#footnote-ref-23)
24. Ao décimo segundo dia do mês de novembro do ano de mil oitocentos e vinte e dois, doze horas ao meio-dia.Ato de nascimento de Lambertus, nascido aos onze dias, pela manhã às seis horas, filho de Jacob Versteeg, de vinte e cinco anos [...], e Maria Wydogen, moradora de Breesteeg. [...] Esta Lei foi assinada depois de minha leitura, pelo pai e pelas duas testemunhas, confirmada pelo Prefeito, assinado por mim,  Oficial do Estado Civil da Cidade de Haarlem (Tradução do autor). [↑](#footnote-ref-24)
25. Por quermesse, entende-se que sejam os festejos paroquiais realizados anualmente pelas instituições religiosas. [↑](#footnote-ref-25)
26. Conforme Gansweidt (1946), Luís Bugre teria sido capturado na propriedade de Jacó Bohn em Feliz, com entorno de onze anos de idade. Na oportunidade, indígenas teriam se aproximado da plantação de milhos do referido colono, que ao os notar, chamou os demais vizinhos. No conflito, um jovem índio teria desarticulado o joelho e sido tomado como escravo de Matias Rodrigues da Fonseca. Da mesma forma, teria aprendido a falar alemão e sido batizado na fé Católica em São José do Hortêncio. [↑](#footnote-ref-26)
27. Segundo Becker (1995), a palavra bugre significa uma denominação genérica atribuída à um grupo de indígenas que habitava as matas do Rio Grande do Sul, sugerindo também o intuito de diferenciá-los do grupo Guarani. [↑](#footnote-ref-27)